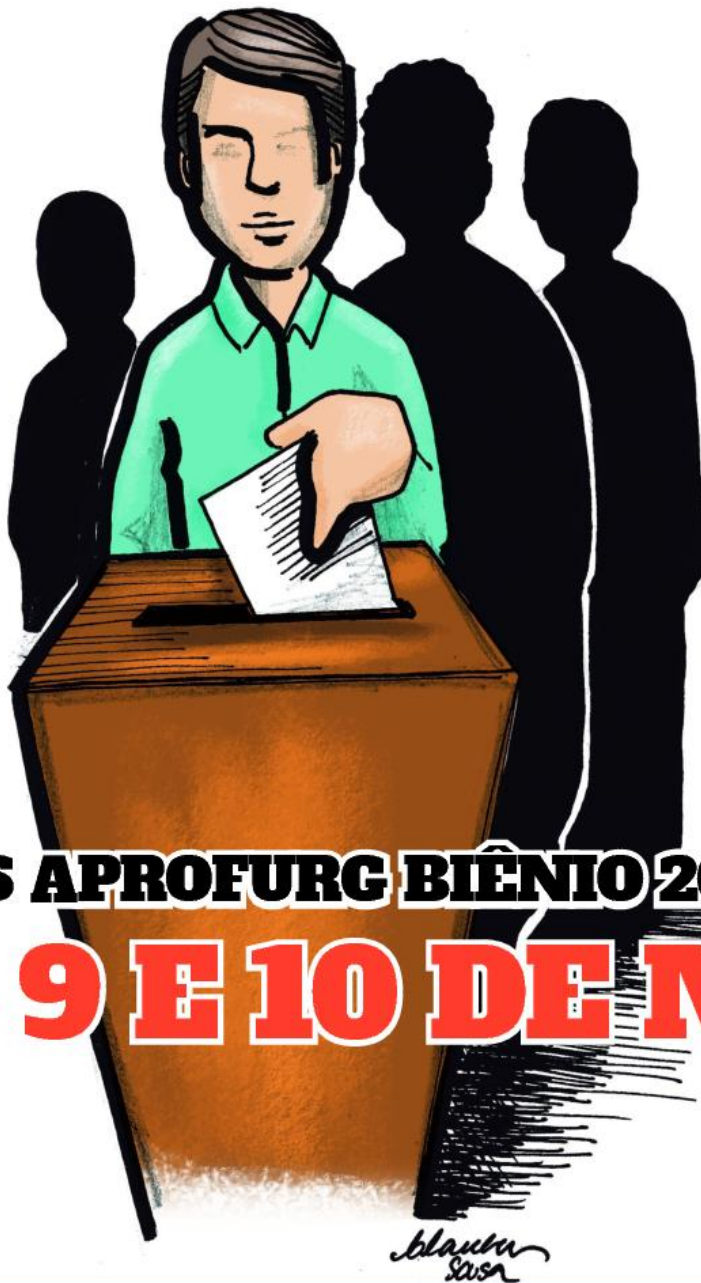




Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande nº 475 março de 2018 - ISSN 2178-3403

Mala Direta Postal  
Básica  
9912342433/2014-DR/RS  
APROFURG  
CORREIOS



# ELEIÇÕES APROFURG BIÊNIO 2018-2020

# DIAS 9 E 10 DE MAIO

## SEÇÕES ELEITORAIS

URNA 1 - CENTRO DE CONVIVÊNCIA (CC) - CAMPUS CARREIROS  
URNA 2 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
URNA 3 - CAMPUS SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

URNA 4 - CAMPUS DE SÃO LOURENÇO DO SUL  
URNA 5 - CAMPUS DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR  
URNA 6 - IFRS

\*Horário da votação a definir

## NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN SOBRE O ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO

A Diretoria do ANDES-SN lamenta profundamente a morte da vereadora Marielle Franco, do PSOL do Rio de Janeiro, que foi brutalmente assassinada na noite desta quarta-feira, dia 14 de março, ao sair de uma atividade política no centro da cidade. Manifestamos também imenso pesar pelo assassinato de Anderson Pedro Gomes, trabalhador que estava conduzindo o veículo que transportava a vereadora no momento que foi violentamente atacada. Colocamo-nos, solidariamente, ao lado de seus familiares, amigas e amigos, neste momento de muita dor e pesar.

Marielle Franco, mulher, negra, jovem moradora da Favela da Maré, estava sempre ao lado das trabalhadoras e trabalhadores, construindo resistências e esperanças em seus corajosos enfrentamentos contra diversas formas de opressão. Sua atuação política inspirava a juventude carioca, que se via reconhecida em sua luta, em sua cor e em sua potência feminista.

A luta pelos direitos humanos, incluindo a denúncia da violência policial no estado do Rio de Janeiro, era uma das bandeiras empunhadas por Marielle Franco, e o ANDES-SN manifesta grande preocupação a respeito desta tragédia, que ocorre no momento em que há um aumento da militarização do estado do Rio de Janeiro, o qual se encontra sob autoridade intervenção das forças armadas. Assim como as lutas encampadas pelo ANDES-SN sempre encontravam com Marielle pelas ruas da cidade, o nosso luto por Marielle deverá ser transformado em resistência e luta em sua homenagem e respeito.

O assassinato de Marielle representa também o extermínio da população negra, das mulheres e moradoras de favela.

Não vão nos calar! Por Marielle e todas as mulheres negras, pobres e faveladas que são exterminadas pela qualificação no poder a serviço do capital.

**Marielle, presente!  
Anderson, presente!**

#MariellePresente #AndersonPresente

## Nota da diretoria do ANDES-SN sobre o Programa da Residência Pedagógica

Em um estudo preliminar é possível identificar que o Programa de Residência Pedagógica deve ser por nós analisado com muita preocupação. O Programa, lançado pelo governo Temer no início deste ano, fundamentado nas Portarias/CAPES 35 e 45/2018 e no Edital/CAPES 06/2018, demonstra ser mais um ataque à formação docente na educação básica. O Programa foi concebido no governo Dilma, (Dec.8752/2016), no entanto, foi regulamentado no governo do ilegítimo presidente Temer, que anunciou quatro medidas que devem compor a política de formação docente: 1. A Base Nacional Docente; 2. A Educação a Distância; 3. O Prouni Ampliado e 4. O Programa de Residência Pedagógica.

Pela urgência da questão e pelos prazos do Edital de Adesão ao Programa, esta Nota da diretoria do ANDES-SN ficará apenas no Programa de Residência Pedagógica (PRP). O Edital do PRP indica que disponibilizará 1 bilhão de reais para atender 45 mil bolsas que incluem o Residente (aluno), o Preceptor (professor/a da educação básica), o Orientador e o Coordenador Institucional (professores/as da IES).

A CAPES, por meio da Portaria nº 38/2018, anuncia que o PRP tem a finalidade de apoiar as IES na implementação de projetos inovadores, que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura. A concepção do PRP indica a vinculação entre o currículo dos Cursos de Licenciatura e a Base Nacional Comum Curricular, o que precisa ser visto com muita cautela, pois isso estabelece uma relação direta e linear do projeto político pedagógico elaborado pelos cursos de formação docente nas Instituições de Ensino Superior, com os exames em larga escala e externos que norteiam os currículos das escolas, com apoio do PNE. O fato pode levar a uma formação pragmática, que não considera a

teoria como o conhecimento da estrutura e dinâmica dos *loci* da atuação, no caso a escola e a sociedade na qual está inserida.

A ênfase do PRP está na prática. O ANDES-SN reconhece a importância da relação prática na formação docente, mas alerta para o fato que a primazia dos “saberes práticos” e dos saberes tácitos, significa um imediatismo que pode representar um atraso ou retrocesso no tocante à capacidade de formar pessoas críticas, podendo trazer um desvio na formação do(a)s futuro(a)s professor(a)s, caso haja um descaso com o saber acadêmico e teórico-científico. A implicação imediata disto é a formação aligeirada e uma prática alienada, construída sem a mediação da teoria, apenas entendida como treinamento.

O PRP, pela sua configuração, pode incentivar as IES e as escolas-campo a utilizarem o(a)s bolsistas-residentes a substituírem o(a)s professor(a)s nos seus impedimentos, mascarando a falta numérica de docentes nas escolas e utilizando o(a)s bolsistas a assumirem funções para as quais não estão ainda preparado(a)s. Além disso, o fato pode concorrer para maior precarização do trabalho docente e para a desvalorização do(a) profissional que atua na educação básica.

O Programa de Residência Pedagógica, ao prever bolsas aos estudantes (ofertadas em número reduzido em relação ao conjunto de discentes, 1/5 do total de aluno(a)s de Licenciatura), na conjuntura atual de contingenciamento de gastos imposto pela EC95/16, que vem retirando recursos da educação e da saúde para aumentar o superávit primário, com reflexos diretos no Programa de Auxílio Estudantil, aparece para a comunidade acadêmica como um elemento de complementação da assistência. O PRP, além das questões levantadas, (vinculação com a BNCC, número de bolsa, aprofundamento dos saberes tácitos) tem também o reforço do

repasso do fundo público para as instituições privadas, quando inclui entre as IES que podem participar do Programa, as instituições privadas-mercantis.

O ANDES-SN defende uma política de formação que privilegie uma concepção de educação clausista e democrática, que crie condições objetivas para que todos e todas o(a)s estudantes dos Cursos de Licenciatura participem de um processo de formação que estabeleça de forma responsável a relação entre a teoria e a prática; além de um saber teórico crítico que contribua verdadeiramente para a emancipação social.

As ações como o Programa de Residência Pedagógica não têm como objetivo resolver a questão da formação de professor(a)s, o que só pode ocorrer em ações casadas com a valorização docente, o que inclui a formação inicial e a formação continuada, salários, condições de trabalho que passem pelo número de aluno(a)s em sala de aula, pelas condições físicas e pedagógicas das unidades educacionais, da gestão democrática, pela existência de uma carreira que estimule o crescimento pessoal e profissional do(a) docente. Por isso, a adesão ao PRP deve ser examinada com critérios técnicos e políticos, envolvendo na tomada de decisão os principais interessados que são o(a)s estudantes das Licenciaturas e o(a)s professor(a)s dos cursos de formação.

O ANDES-SN se posiciona contrário ao formato deste Programa, que visa atacar a autonomia, a formação e a realização do trabalho docente em todos os níveis do ensino, que transfere recursos públicos para o setor privado, além de ser mais um passo para o desmonte do ensino público de qualidade no Brasil.

**Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL**

# COMISSÃO DO ANDES-SN CONTRA PERSEGUIÇÕES A DOCENTES É INSTALADA EM BRASÍLIA

No dia 22 de março, foi instalada a comissão para acompanhar os casos de perseguição, assédio e repressão aos docentes das Instituições de Ensino Superior, Institutos Federais e Cefets. O primeiro caso analisado pela comissão é o da professora Leticia de Faria Ferreira, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no Rio Grande do Sul, ameaçada de demissão por denunciar irregularidades em uma banca de concurso público da qual fez parte.

A criação da comissão foi aprovada no 37º Congresso do ANDES-SN, realizado em Salvador em janeiro desse ano. Na ocasião, os docentes deliberaram que “o ANDES-SN, em caráter emergencial, constitua uma Comissão formada por três integrantes da coordenação do GTPFS, três do coletivo jurídico e em cada caso representantes das seções sindicais ou das secretarias regionais envolvidas na denúncia que ficará responsável pelo levantamento, acompanhamento e denúncia dos casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político promovidos pelos aparelhos repressivos do Estado ou por grupos reacionários organizados dentro e fora das Instituições de Ensino Superior, IFs, CEFETS, com o fim de repressão e cerceamento da liberdade de pesquisa, de ensino, de aprendizagem, de mobilização e de luta”.

Ainda de acordo com a deliberação congressual, a comissão deverá se articular de forma mais ampla com os coletivos de luta, partidos, movimentos sociais e sindicatos, garantindo rápida divulgação, acompanhamento e proteção, e quando necessário, deverá ser prestada assessoria jurídica aos docentes criminalizados.

Segundo Maria Celeste Cirqueira Córdova, advogada da Regional Leste do ANDES-SN e que integra a comissão, a sugestão de criar esse grupo de atuação específica se deu a partir da percepção, através dos encontros jurídicos, do aumento dos casos de assédio e perseguição nas instituições e da necessidade apontada pelos profissionais de trocar experiência e informação para atuarem de forma mais incisiva e alinhada, além de possibilitar a sistematização das informações e denúncias apresentadas pelas seções sindicais e também pelos próprios docentes.

A advogada ressaltou que a co-



missão não irá tratar de todos os casos, como, por exemplo, de questões relacionadas à carreira docente. “A comissão para uma questão específica, que é contra atacar essa tendência de perseguição político-ideológica, que vem se intensificando nas instituições”, destacou. Celeste contou, nesta quinta, que a comissão já se debruçou sobre uma situação concreta, apresentada pela Seção Sindical do ANDES-SN na Unipampa (Sesunipampa Seção Sindical), e definiu encaminhamentos para condução do caso.

Emmanuel Martins, advogado da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc) e também escolhido como representante do coletivo jurídico na comissão, acrescenta que a mesma foi pensada também para fazer frente a quaisquer ameaças que pesem contra os docentes.

“A ideia é proteger o docente contra os ataques que ele sofre enquanto trabalhador, na atividade docente, onde está sujeito à perseguição tanto das administrações quanto dos próprios estudantes. Infelizmente, não raros são os casos que acompanhamos em que o professor é vítima do estudante, que o provoca em sala de aula para induzir o docente a determinadas respostas, que são gravadas e apresentadas como denúncia ao ministério público”, explicou.

O advogado de Santa Catarina também reforçou que na primeira parte da reunião foram pensadas as formas de atuação da comissão e definida a criação de um email, que será divulgado pelo ANDES-SN para acolher as denúncias dos docentes, mas sempre com a preocupação de não substituir o trabalho das seções sindicais nem das assessorias locais.

Amauri Fragoso de Medeiros, também integrante da comissão

e 1º tesoureiro do ANDES-SN, reforça que o Sindicato Nacional irá tomar todas as medidas cabíveis para proteger os docentes contra quaisquer tipo de intimidação, perseguição, ameaça e processos administrativos instruídos arbitrariamente. “O ANDES-SN vai usar de todos os instrumentos disponíveis para acolher todos os casos que ameacem os docentes. Iremos atuar em conjunto com as seções sindicais e também com demais entidades, tanto do setor da educação quanto de outros movimentos, para reverter essa crescente situação de assédio e cerceamento da livre atividade docente”, afirmou.

## Entenda o caso da Unipampa

A professora Leticia de Faria Ferreira, docente do curso de História do campus Jaguarão da Unipampa desde 2014, sofre um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) pela universidade e corre risco de ser exonerada.

Em 2015, a docente participou como membro de uma banca de processo de seleção para docente na Unipampa/campus São Borja e, ao observar irregularidades na seleção, encaminhou denúncia aos órgãos e instâncias responsáveis da Universidade. No entanto, mesmo com indicação da Justiça Federal para que não houvesse nomeação enquanto ocorresse as investigações, e com o deferimento da Comissão de Ética em relação às observações de irregularidades da professora, a reitoria da Unipampa homologou o concurso, procedendo a nomeação, que logo foi suspensa pela Justiça Federal. A partir destes fatos, a docente passou a responder diversas intimações da Reitoria, que no início deste ano a comunicou ter aceitado a recomendação, pela comissão do PAD, de sua exoneração.

De acordo com Guinter Tlajaj Leipnitz, vice-presidente da

Sesunipampa Seção Sindical do ANDES-SN, em 2016, foi instaurado o processo administrativo disciplinar contra Leticia, no qual ela é acusada de improbidade administrativa, por induzir a administração pública ao erro, a partir da denúncia que fez. Guinter, que esteve na reunião da comissão para apresentar o caso, contou que, ainda em 2015, a comissão de ética da instituição fez uma apuração e apontou que o concurso de fato tinha irregularidades. No entanto, essa comissão foi dissolvida em 2016.

Durante o ano de 2016, foi feito o procedimento do PAD e, no final daquele ano, Leticia recebeu um termo de indiciamento e, no começo de 2018, foi comunicada oficialmente, por parte da reitoria, de que a administração acolheu o relatório final da comissão do PAD o qual recomenda a exoneração dela.

“A Seção Sindical vem atuando no sentido de publicizar a situação, de alertar a comunidade acadêmica para o que está acontecendo, ressaltando o profissionalismo da Leticia, que fez o correto no caso de servidores públicos e que não pode sofrer perseguição e ser silenciada em função disso. Se essa demissão for levada a cabo é uma grande injustiça que vai ser cometida pela administração da Unipampa”, contou.

De acordo com o diretor da Sesunipampa SSind., a comunidade docente tem se posicionado em defesa de Leticia através de um abaixo assinado e, na semana passada, realizou um ato público, bastante representativo, no campus Jaguarão. Além disso, muitos cursos da Unipampa têm se posicionado publicamente em defesa da docente.

“A comissão vai ser um passo importante para dar maior repercussão a esses casos particulares, que acontecem muitas vezes em universidades que têm menos foco, como a nossa, que é uma universidade recente, e, muitas vezes, fica aquela sensação de insegurança e falta de visibilidade. O Sindicato Nacional, a partir dessa comissão, pode contribuir para uma discussão mais ampla e qualificada. Vai ser importante, não só para acolher os casos de denúncia, mas também para produzir material e informação sobre isso”, avaliou.

# ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA APROFURG BIÊNIO 2018/2020 TERÁ CHAPA ÚNICA.

Pleito ocorrerá nos dias 9 e 10 de maio



A eleição da diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG) vai acontecer nos dias 9 e 10 de maio. Neste ano, somente uma chapa foi inscrita e homologada para o pleito. A Chapa 1, denominada DEMOCRACIA EM MOVIMENTO, tem como presidente o professor Cristiano Ruiz Engelke, do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI).

Ao todo, serão seis urnas de votação, distribuídas no Centro de Convivência (CC) – Campus Carreiros, no Hospital Universitário da FURG, no IFRS, além do campus de Santo Antônio da Patrulha, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul.

A chapa DEMOCRACIA EM MOVIMENTO é um grupo bem mais amplo que os dez nomes da chapa e atua na APROFURG como oposição à atual gestão, buscando construir uma APROFURG mais atuante, com a retomada dos Grupos de Trabalho, participação efetiva nas atividades do ANDES-SN, organização da luta sindical, articulação com outras categorias, sindicatos e

movimentos sociais e atuação nos campi fora da sede.

O fato da chapa ser única acaba valorizando a atuação e atribuindo a responsabilidade de aprofundar o trabalho, com aproximação da APROFURG com a categoria, de forma que seja parte da vida de professores e professoras, sendo construído de forma transparente e participativa por todos e todas. Por outro lado, um sindicato só tem sentido na luta pela defesa de nossos direitos e pela democracia em nosso país.

“Temos claro que vivemos em processo de golpe, com democracia dilacerada para garantir o avanço do neoliberalismo, com desmonte dos serviços públicos, ampliação da desigualdade social e um Estado cada vez mais repressor. É aviltante o desmonte das Universidades públicas e Institutos Federais, inclusive com campanha de desmoralização do trabalho docente. Mais do que nunca é necessária uma APROFURG atuante”, destacou o candidato à presidente, Cristiano Engelke.

## Confira a nominata da CHAPA 1



### DEMOCRACIA EM MOVIMENTO - APROFURG 2018-2020.

**Presidente:** Cristiano Ruiz Engelke – Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI

**Vice-Presidente:** Marcia Borges Umpierre – Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC

**1º Secretário:** Mário José Junges – Escola de Química e Alimentos – EQA/Aposentado

**2ª Secretária:** Amanda Motta Angelo Castro – Instituto de Educação - IE

**1º Tesoureiro:** Lucas Santos Cerqueira – Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC

**2ª Tesoureira:** Roberta Antunes Machado – Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Rio Grande - IFRS

**1ª Suplente:** Cassiane de Freitas Paixão – Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI

**2ª Suplente:** Jaqueline Durigon – Instituto de Ciências Biológicas - ICB

**3º Suplente:** Eduardo Dias Forneck – Instituto de Oceanografia - IO

**4º Suplente:** Gustavo Borba Miranda – Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Rio Grande - IFRS

## Eleição do ANDES-SN para o próximo biênio terá duas chapas

A inscrição de duas chapas para participar do processo eleitoral da nova diretoria do ANDES-SN, para gestão do biênio 2018/2020, foi confirmada e homologada pelo Sindicato.

A chapa 1 “ANDES Autônomo e de Luta”, a primeira a se inscrever, tem como candidatos a presidente, Antônio Gonçalves Filho, Apruma Seção Sindical; a secretária-

geral, Eblin Farage, Aduff SSind. e atual presidente do ANDES-SN; e a tesoureira, Raquel Dias Araújo, Sinduece SSind. “Este momento é bastante significativo para o nosso sindicato, porque fortalece a nossa democracia interna e a nossa chapa vem dentro de um contexto de muitas lutas e a forma que nos organizamos pela base e com autonomia caracterizam a nossa

chapa”, disse Antônio.

A chapa 2 “Renova ANDES” é composta por Celi Taffarel, da Ufba; Maria de Lourdes Nunes, Adufpi SSind.; e Everaldo Andrade, Adufp SSind., são os candidatos aos cargos de presidente, secretária-geral e tesoureiro, respectivamente. “A nossa chapa representa uma trajetória de construção da unidade de vários grupos e de

docentes de várias universidades, que vem desenvolvendo um esforço para recuperar uma série de bandeiras que estavam sendo esquecidas pelas últimas gestões do ANDES-SN”, afirmou Everaldo Andrade.

As eleições vão ocorrer por votação direta e secreta em todo o Brasil, nos dias 9 e 10 de maio de 2018.



## CARTA ABERTA DA CHAPA 2 – RENOVA ANDES A DOCENTES, À DIREÇÃO DO ANDES-SN, À CHAPA 1 – ANDES AUTÔNOMO E DE LUTA

O Golpe desferido em 2016 acaba de dar um passo decisivo com a prisão ilegal de Lula, condenado sem provas e sem crime. Trata-se de um ataque aos traços de liberdades e garantias democráticas que ainda vigem no país, que, ademais, promove uma fraude antecipada das eleições marcadas para 2018, ao eliminar o candidato líder da preferência popular.

Há 2 anos, nós do Fórum Renova Andes, agora Chapa 2, combatemos com nossas melhores forças, em cada assembleia, em cada Congresso, em cada CONAD, para que o nosso sindicato abraçasse a luta unitária contra o golpe. Nosso apelo foi sempre no sentido de que nosso sindicato se juntasse à imensa maioria das entidades sindicais, democráticas e populares que se empenham nesta luta desde antes da farsa do impeachment da Presidente Dilma, legalmente eleita, porque sabíamos que sua remoção visava a abrir caminho para os ataques aos direitos que assistimos neste período, parte importante deles já aprovadas no parlamento reacionário e contra o que temos nos batido.

Por isso, de nossa parte, estamos engajados em todas as iniciativas em defesa da democracia, dos direitos e da liberdade de Lula, inclusive organizando, ao lado das várias organizações, as caravanas a Curitiba.

Hoje vemos que nosso combate não foi em vão. Mesmo que o 37º Congresso do ANDES-SN (Salvador, janeiro de 2018), no momento do qual se realizava a farsa judicial que condenou Lula no TRF-4, tenha ainda se negado, por orientação da atual Diretoria e sob pressão da CSP-Conlutas, a inscrever em sua bandeira a luta contra o golpe, aprovamos ali uma moção contra a seletividade da Justiça, um passo pequeno mas importante.

Congratulamo-nos pelo Sindicato ter se pronunciado contra a prisão de Lula na última sexta, 5 de abril de 2018. Não é pouca coisa vermos as bandeiras dos partidos e correntes que compõem a atual direção do ANDES-SN ao lado das bandeiras das entidades historicamente construídas pela classe trabalhadora em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, nos dias de resistência em que ali bateu o coração da nação trabalhadora. Mesmo que continuemos nos ressentindo da ausência da bandeira de nosso sindicato nas manifestações, ao lado das bandeiras das demais organizações.

Este fato é ainda mais importante no momento em que a Central Sindical a que nosso sindicato está filiado, a CSP-Conlutas, divulgou nota em que defende a prisão de Lula, sob a forma mal disfarçada de “prisão de todos os corruptos”, da mesma forma que defendeu a derrubada de Dilma, sob a também mal disfarçada fórmula do “fora todos”.

A Chapa 2 – Renova Andes entende que a hora é a da mais ampla unidade com foco na luta pela libertação de Lula, hoje preso político do regime golpista, por-

que esta prisão sinaliza uma ofensiva da reação, do totalitarismo judicial e do Governo Temer sobre todos os segmentos do movimento operário, camponês, juvenil e popular.

Nestes próximos dias retornaremos ao debate específico do nosso Sindicato Nacional. É preciso que o debate eleitoral acerca dos problemas específicos de nossa categoria nem perca de vista a necessária luta contra o autoritarismo que avança sobre todos nós, sinalizado pela prisão de Lula, nem descambe para o recurso da difamação e da calúnia. É preciso nesta hora que o debate das profundas divergências que separam nossas chapas se mantenha no nível esperado pelos professores e não seja um obstáculo para enfrentarmos os inimigos da democracia encarnados no conjunto do regime político que começou a se instalar com o impeachment sem crime da presidente Dilma em 2016.

A unidade em meio à diversidade hoje não é opcional. Por isso devemos aproveitar a adversidade atual porque passamos para assegurar que a nova gestão, independentemente de quem seja vitorioso no pleito de 9 e 10 de maio, integre o nosso sindicato na mais decisiva luta de nossa geração, a luta contra o golpe de 2016 e pela liberdade para Lula, reagindo assim, e num momento crucial, seus laços com a grande maioria do movimento dos trabalhadores.

Sendo assim, convidamos todos os docentes da base de nosso sindicato, a Diretoria do ANDES-SN e nossos concorrentes da Chapa 1 para:

1. Constituir de forma unitária Comitês de Luta pela Democracia e pela Libertação de Lula em todas as IES;
2. Participar da organização das caravanas populares a Curitiba;
3. Afirmar que o ANDES-SN se desassocia total, completa e publicamente da nota da CSP-Conlutas que endossa a prisão de Lula;
4. Retomar no CONAD de Fortaleza, a partir dos Textos de Resolução apresentados, o balanço da filiação de nosso sindicato a esta Central que, abertamente, ultrapassou a linha de classe e inclusive a linha que separa a democracia do totalitarismo.

Com fraternas saudações sindicais,

**Celi Taffarel** – UFBA/Candidata a presidenta do ANDES-SN

**Lurdinha Nunes** – UFPI/Candidata a secretária-geral do ANDES-SN

**Everaldo Andrade** – USP/Candidato a primeiro-tesoureiro do ANDES-SN

**Em nome da Chapa 2 – Renova ANDES e do Fórum Renova ANDES**

### MANIFESTO ANDES AUTÔNOMO E DE LUTA - CHAPA 1



“Para barrar as contrarreformas do governo golpista de Temer, defendemos um sindicato autônomo e combativo, independente de governos, partidos e administrações”.

Com combatividade e autonomia, a chapa 1 Andes-SN Autônomo e de Luta apresenta-se com o compromisso de lutar em defesa da Educação Pública, Laica, Gratuita e de Qualidade e dos direitos dos/as docentes da educação superior, básica, técnica e tecnológica que compõem a base do nosso sindicato nacional. Vivemos tempos difíceis de ataques aos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, que se acirrararam em intensidade e velocidade desde o golpe institucional, jurídico e midiático de 2016.

Nosso sindicato tem sido incansável na luta contra as Reformas da Previdência desde 1998 com FHC, passando pelas de Lula, em 2003, e de Dilma, em 2015; contra a perseguição ao Andes-SN através da tentativa de cassar nosso registro sindical e nas inúmeras greves nacionais, com destaque no último período às de 2012 e 2015, na luta contra os cortes nos orçamentos da Educação, Ciência e Tecnologia públicas. Também estamos na luta pela revogação da Emenda Constitucional 95 (a Lei do Teto dos gastos públicos), contra a Reforma do Ensino Médio, os projetos Escola sem Partido, o desmonte das Universidades públicas estaduais.

Nosso desafio é dar continuidade às lutas para barrar os projetos de desmonte da Educação Pública, Laica e Gratuita, bem como dos direitos sociais. Em tempos de crise estrutural do capital, as frações hegemônicas da burguesia impõem o avanço de políticas de austeridade para a classe trabalhadora, que se expressa, por exemplo, nas orientações do Banco Mundial para a cobrança de mensalidades nas instituições de ensino superior públicas.

Manifestamos o compromisso de lutar em defesa da Educação Pública frente às tentativas de privatização, precarização, terceirização e intensificação que ameaçam a nossa carreira, causando a desvalorização e o adocementamento de nossa categoria. Valorizar a carreira docente é defender melhores condições de trabalho, política salarial que recomponha nossas perdas, política de aposentadoria integral e isonômica e a dedicação exclusiva como parte estrutural da carreira e do projeto de educação pública do Andes-SN.

Para tanto, reivindicamos um sindicato cuja força e representatividade se ancora no seu enraizamento na base,

em sua autonomia frente a governos, partidos e administrações. Nossos princípios são a autonomia sindical, a democracia interna, a organização pela base, a combatividade e o classismo.

#### Defendemos:

- A educação pública e gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada;
- Os direitos de todos/as docentes, das diferentes carreiras e setores que compõem a base da categoria: EBT e Magistério Superior, Instituições de ensino superior, básico, técnico e tecnológico, estaduais, municipais e federais;
- Os direitos de todos/as trabalhadores/as e da juventude, com quem devemos lutar de forma articulada;
- Um projeto de Ciência e Tecnologia pública voltado para as necessidades da população brasileira, e que expresse nosso desejo por uma sociedade justa e igualitária;
- O combate ao assédio sexual, ao assédio moral e às opressões nas Universidades e seus Colégios de Aplicação e Escolas de Educação Infantil, Institutos Federais e CEFET como tarefa deste sindicato;
- A luta pela memória, verdade, justiça e reparação das vítimas de violência estatal;
- A luta para que as instituições públicas de ensino democratizem-se e acolham mulheres, negros/as, indígenas, quilombolas, ciganos e filhos da classe trabalhadora. Assim como a luta contra o machismo, o sexismo, a lgbttofobia, o capacitismo, a romafobia e todas as formas de opressão.

Frente a uma conjuntura tão adversa, acreditamos que a unidade na luta é um imperativo para a reorganização da classe trabalhadora. Por esta razão, reivindicamos a CSP-Conlutas como um instrumento importante neste processo. Para que a nossa Central cumpra esse desafio, precisamos participar de suas instâncias, bem como ampliar sua democracia interna. Ao mesmo tempo, é necessário estar ao lado dos movimentos sociais e sindicatos combativos que não se encontram na Central, fortalecendo a unidade para lutar.

Para barrar os retrocessos, garantir os direitos de trabalhadoras e trabalhadores, avançar na defesa da democracia, da educação pública, laica e gratuita, da ciência e tecnologia públicas e na melhoria das condições de trabalho dos/as docentes, a Chapa 1 ANDES-SN Autônomo e de Luta se apresenta, organizando a luta a partir da base e com autonomia.

Nenhum direito a menos!

- Presidente:** Antonio Gonçalves (UFMA)  
**1ª Vice-presidente:** Quelli Rocha (UFMT)  
**2ª Vice-presidente:** Sônia Meire Azevedo (UFS)  
**3ª Vice-presidente:** Ana Maria Estêvão (UNIFESP)  
**Secretária Geral:** Eblin Farage (UFF)  
**1ª Secretária:** Caroline Lima (UNEB)  
**2ª Secretária:** Jacqueline Lima (UFG)  
**3ª Secretária:** Roberto Kanitz (UEMG)  
**1ª Tesoureira:** Raquel Dias (UECE)  
**2ª Tesoureira:** Claudio Mendonça (UFMA)  
**3ª Tesoureira:** Erlando Rêses (UNB)





## Rodrigo Santos de Oliveira

Professor dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História ICHI/FURG. Doutor em História. Escreve mensalmente no Pó de Giz.

# O Brasil tropeçando de acórdão em acórdão

Qualquer estudante dos Ensinos Fundamental e Médio aprende rapidamente em uma linha do tempo que o Brasil é dividido em três períodos históricos (Colônia, Império e República), que serve, didaticamente, para a melhor compreensão do nosso passado. Algumas escolas e alguns livros didáticos mais ousados apresentam o período Pré-Cabralino para que o estudo da História do Brasil fique mais completo.

Esta divisão estanque em períodos históricos nos impede de compreender algumas nuances que uma reflexão temporal mais ampla (Longue durée ou longa duração) nos proporciona. Por isso, neste ensaio vou propor uma Longa Duração para o Brasil independente (1822 a 2018), concentrando a reflexão no Estado brasileiro e nas suas instabilidades cíclicas sempre resolvidas com “acórdãos”.

Como todos sabem, o Brasil se tornou independente depois de mais de trezentos anos sob domínio colonial português. Este período marcou profundamente a organização social e criou as bases para a formação de uma elite dominante diferenciada em todo o continente americano. Devido aos interesses da metrópole lusitana no Brasil, constituiu-se uma “Elite do Atraso” que buscava garantir lucros para Portugal sem gerar nenhum tipo de condições para que a colônia se desenvolvesse e criasse uma mentalidade própria de autonomia.

Assim, enquanto na “América Inglesa” e na “América Espanhola” se desenvolviam universidades, gráficas, jornais e o livre pensamento no período colonial, na “América Portuguesa” se difundiam o obscurantismo e a violência contra a população local. Dessa forma, uma elite retrógrada baseada principalmente na lógica primário-exportadora e escravocrata, dependente da relação estatal e extremamente fechada ao desenvolvimento co-

lonial se constituiu.

Foi apenas com a invasão franco-espanhola em Portugal durante as guerras napoleônicas que esta elite teve o primeiro gosto de poder e autogestão, quando ocorreu o fenômeno da “Interiorização da Metrópole” em 1808. Então, Dom João VI transferiu a sede do Império Português para a sua colônia americana. Com isso, para gerir o Império, toda uma estrutura de governo foi criada como imprensa, bancos, cursos superiores, etc.

Ao fim do domínio napoleônico sobre Portugal e a eclosão da Revolução Liberal do Porto (1821), a elite dominante local passou a temer a perda do poder político e econômico que havia conquistado ao ser a sede do Império, caso retornasse à condição de colônia. Assim, iniciou uma guerra de independência contra a enfraquecida metrópole lusitana. O Brasil se tornou independente não pelo anseio de autonomia popular, mas pelos interesses de uma elite de mentalidade retrógrada. A população, diga-se de passagem, passou à margem de todo o processo.

Com um “acórdão com Dom Pedro I, com tudo” o Brasil se tornou um estado independente em 1822. A elite do atraso teve grandes atritos com o novo imperador, que possuía uma visão absolutista e que não queria dividir o poder com a antiga elite colonial. A queda de braços entre Dom Pedro I e a Elite do Atraso culminou com a queda do imperador em 1831. Mas esta queda não deixou de ter traumas e um novo “acórdão com Pedrinho, com tudo” foi feita. Desta forma, negociou-se a saída de Dom Pedro I e a permanência de seu filho e príncipe herdeiro para ser o governante – enquanto fosse menor, seria tutelado pela Elite do Atraso.

No entanto, uma série de turbulências políticas e levantes nas províncias imperiais levou a um novo “acórdão com Dom

Pedro II, com tudo”. E negociaram-se mais uma vez uma saída: a maioria do príncipe assumindo como imperador aos quinze anos de idade. Desse movimento, surgiu o primeiro período de estabilidade política no Brasil, que muitos afoitos tentam ver como o período áureo do Brasil – um grande erro, pois todas as purpurinas que se tentam jogar nesse passado não conseguem esconder o sangue e a violência da exploração sobre os escravos africanos que construam o país sob as chibatadas de seus criminosos senhores.

Entre 1840 e 1889, tivemos o mais longo período institucional de nossa História. Foram quarenta e nove anos. Mas enquanto mais tínhamos uma estabilidade política, mais a Elite do Atraso se mantinha inquieta. A Casa Real de Bragança, depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), passou a ter uma visão oposta dos senhores escravocratas e defender mudanças que atingiam a “espinha dorsal” da Elite do Atraso: a escravidão. No momento em que a escravidão foi abolida, sem que a “sangria fosse estancada”, a Elite dominante percebeu que não havia mais razão para a existência de uma monarquia no Brasil: de que adiantava uma família real se não fosse subserviente e mantivesse os interesses dos grupos dominantes?

Então, um novo “acórdão, com os milicos, com tudo” foi articulado. Como sempre, a população ficou à parte de todo processo, sequer sabendo o que estava acontecendo. E, para garantir a ordem republicana que garantiria todo o poder para Elite do Atraso, dois governos comandados por militares foram instituídos (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto). Após um período de cinco anos, os militares foram descartados, e uma série de governos oligárquicos se sucedeu ao longo de trinta e seis anos.

A instabilidade chegou ao seu

ápice quando as elites oligárquicas regionais começaram a brigar entre si. E na luta fratricida dentro da própria Elite do Atraso, ocorreu a união entre dois estados dissidentes do “grande pacto oligárquico”, e tomaram o poder pela força das armas em 1930. Desta maneira, temendo que as massas populares pudessem se erguer diante do caos e tomar o poder, Antonio Carlos, governador de Minas Gerais, proferiu a célebre frase ao então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas: “façamos a revolução antes que o povo a faça”.

Mas este novo grupo tinha uma visão centralista e desenvolvimentista e, para se manter no poder – capitaneado por Vargas –, precisou de um novo acórdão, “com os milicos, com o Supremo, com tudo”. Com o Golpe do Estado Novo em 1937, foi estabelecida uma violenta ditadura que assustou a muitos, não apenas pela sua violência e repressão política, mas por mobilizar a população e colocá-la no jogo político – mesmo que de forma subserviente e como massa de manobra.

A cartada de Vargas de inserir o povo no jogo político trouxe grande medo por parte da Elite do Atraso e fez com que seu governo fosse derrubado por um novo “acórdão com os milicos, com tudo”. Uma “nova democracia” foi instaurada em 1945. Mas foram dezenove anos de instabilidade política, com tentativas de golpes, conspirações, atentados e violências das mais variadas.

Mais uma vez um novo “acórdão com os milicos, com o Supremo, com tudo” foi orquestrado. Dessa vez, para deter o poder popular, que pela primeira vez se fez presente. Com o povo nas ruas, lutando por reformas de base que visavam garantir a autonomia popular, um grande medo surgiu no seio da Elite do Atraso. Para impedir que o povo se tornasse autônomo, uma vio-

CONTINUAÇÃO

lenta ditadura de vinte e um anos foi imposta em 1964.

Quando o poder ditatorial já se mostrava completamente desgastado, um novo acórdão foi feito com “com os militares, com o supremo, com a elite política” para que o povo não tomasse para si as rédeas do jogo e a Elite do Atraso pudesse permanecer com todo o poder. Assim, em 1985, depois de uma longa noite de trevas ditatoriais, voltamos a ser uma democracia, mas com muitos problemas pelo fato de nenhum torturador, nenhum ditador, nenhum financiador da ditadura ter ido para o banco dos réus.

A mesma Elite do Atraso seguiu à frente do poder e fez valer seus interesses até o momento em que um novo partido com base nos setores trabalhistas chegou assumiu a chefia do Executivo em 2003 e mudou a estrutura econômica do país, retirando milhões de cidadãos brasileiros da pobreza (afastando pela primeira vez o Brasil do mapa da fome), investindo violentamen-

te em educação, saúde, gerando empregos, e estabelecendo a maior onda de industrialização da história do país.

Logicamente, a Elite do Atraso ficou completamente assustada, pois o modelo popular petista levou a vitória em quatro eleições consecutivas e os fez pensar no medo do passado quando o Partido Trabalhista de Getúlio Vargas derrotava em todas as eleições a União Democrática Nacional (partido da Elite do Atraso, uma espécie de PSDB da época). Assim, diante da impossibilidade de chegar ao poder pela força do voto, um novo acórdão “com Supremo, com tudo” foi orquestrado. Em 2016, derrubou-se o governo de Dilma Rousseff com um Golpe Parlamentar.

Mas o golpe ainda não conseguiu estancar a sangria, e o medo de que as forças populares possam voltar pela força do voto ainda se fazem presentes. O medo de outubro de 2018 faz com que os véus da Elite do Atraso sejam descobertos. A

perseguição e prisão do Ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva são apenas mais um episódio de um longo processo de “acórdões” da História do Brasil.

Com isso, quando olhamos a Longue Durée do Brasil independente, percebemos que indiferente do sistema de governo (monarquia ou república), sempre ocorreram – e ainda ocorrem – rupturas institucionais para fazerem valer os interesses da Elite do Atraso em detrimento do desenvolvimento nacional e do povo brasileiro. Dessa forma, tropeçamos de “acórdão” em “acórdão”, de golpe em golpe, gerando grande sofrimento para que uma pequena parcela se apodere das riquezas nacionais e detenha o poder político que deveria ser de toda a população.

Desde nossa independência em 1822, a deposição de Dom Pedro I (1831), o golpe da maioridade (1840), o advento da República (1889), a Revolução de 1930, o Golpe do Estado Novo (1937), a deposição de Getúlio Vargas (1945), a Legalidade e

o período Parlamentar (1961-1964), o Golpe de 1964, a abertura democrática (1985) e o golpe parlamentar de 2016, tivemos onze rupturas institucionais em apenas cento e noventa e seis anos. Isso dá uma média de uma ruptura institucional a cada quase dezoito anos.

Precisamos romper de uma vez por todas com essa Elite do Atraso que apenas afunda o país. Precisamos tomar para nós mesmos as rédeas que guiam esta nação, criando uma sociedade verdadeiramente justa e democrática que governe para toda a população e não para servir aos interesses políticos e econômicos de uma minoria. Precisamos acabar com os “acórdões”. Está na hora de criarmos uma consciência de nação e que seja ampla e democrática, que abrace todas as cores, todos os credos, todas as identidades e que respeite as diferenças. Sei que posso estar parecendo utópico, mas sem utopias chegamos ao lugar onde estamos. É preciso sonhar com um país livre e democrático!

## STF AUTORIZA NOME SOCIAL DE PESSOAS TRANS POR AUTODECLARAÇÃO



Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu no primeiro dia do mês de março autorizar transexuais e transgêneros a alterarem o nome no registro civil sem a realização de cirurgia de mudança de sexo. O julgamento começou ontem, quando já havia maioria de votos definindo a questão, e foi finalizado no início desta tarde, com os votos restantes.

Com a decisão, o interessado poderá se dirigir diretamente a um cartório para solicitar a mudança e não precisará comprovar sua condição, que deverá ser atestada por autodeclaração. A Corte não definiu a partir de quando a alteração estará dispo-

nível nos cartórios.

A luta pelo direito ao nome social é uma das bandeiras do ANDES-SN, tendo sido aprovada como pauta do Sindicato Nacional durante o 37º Congresso do ANDES-SN, realizado em Salvador (BA) no mês de janeiro.

Apesar de a votação ter sido definida por unanimidade, a Corte divergiu em parte do voto do relator, ministro Marco Aurélio. Na sessão de ontem, o ministro votou contra a obrigatoriedade da cirurgia, mas, conforme seu entendimento, a decisão valeria somente para transexuais, a depender de decisão judicial prévia, com base em laudo médico e seria aplicável somente a maio-

res de 21 anos.

Para a maioria dos ministros, a medida deveria ser estendida a transgêneros, sem a necessidade de comprovação médica, por tratar-se de medida discriminatória. Com base no mesmo argumento votaram os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e a presidente, Cármen Lúcia.

### RECURSO

A votação do Supremo ocorre em recurso de transexual contra decisão da Justiça do Rio Grande do Sul, que negou autorização para que um cartório local aceitasse a inclusão do nome social como verdadeira identificação civil. Os magistrados entenderam que deve prevalecer o princípio da veracidade nos registros públicos.

O nome social é escolhido por travestis e transexuais de acordo com o gênero com o qual se identificam, independentemente do nome que consta no registro de nascimento.

Ao recorrer ao Supremo, a de-

fesa do transexual alegou que a proibição de alteração do registro civil viola a Constituição, que garante a “promoção do bem de todos, sem preconceitos de sexo e quaisquer outras formas de discriminação”.

“Vislumbrar no transexual uma pessoa incapaz de decidir sobre a própria sexualidade somente porque não faz parte do grupo hegemônico de pessoas para as quais a genitália corresponde à exteriorização do gênero vai frontalmente contra o princípio de dignidade humana”, argumentou a defesa.

Atualmente, transexuais podem adotar o nome social em identificações não oficiais, como crachás, matrículas escolares e na inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por exemplo. A administração pública federal também autoriza o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais desde abril do ano passado.

Com edição e inclusão de informações de ANDES-SN. Imagem de Observatório G.

Fonte: EBC

# memória:

## USE PARA PRESERVAR

Profa. Dra. Enfa. Marlene Teda Pelzer  
Escola de Enfermagem

O cérebro humano é um sistema extremamente complexo, que requer uma quantidade fenomenal de informação para ser definido. São cerca de 86 bilhões de neurônios e algo da ordem de um quatrilhão de conexões - 10 mil sinapses por neurônio.

O segredo da complexidade do cérebro é um processo chamado de auto-organização, em que propriedades novas (ditas "emergentes") surgem sozinhas da interação entre os elementos mais básicos de um sistema.

No cérebro, genes definem as propriedades mais fundamentais do órgão: o número aproximado de neurônios, o seu padrão de distribuição pelo tecido ou em que direção crescem as fibras desses neurônios, que começarão a formar sinapses.

A memória não é uma função isolada. O termo engloba várias modalidades, em que algumas não declinam com a idade. Pessoas mais velhas continuam dominando seu vocabulário, com seu conhecimento geral sobre o mundo (memória semântica). Também são capazes de executar tarefas rotineiras com destreza mais ou menos igual à que tinham quando eram mais jovens.

Mas seu desempenho piora para se lembrarem de fatos recentes em sua vida (memória episódica) ou recordarem onde receberam originalmente uma informação (memória de origem), gerenciar o armazenamento temporário de informações de curto prazo (memória de trabalho) e lembrar-se de coisas a fazer (memória prospectiva).

Esta última, é um alvo fundamental, já que se esquecer de realizar tarefas ou compromissos futuros pode gerar considerável frustração ou mal-estar.

Auxílios externos, como fazer listas ou programar lembretes em um telefone celular, podem ser úteis para reduzir problemas de memória como deixar de pagar contas ou comparecer a reuniões (memória prospectiva).

Outra estratégia bem-sucedida envolve associar informações a serem lembradas a uma imagem, frase, sentença ou palavra. Quanto mais relevante do ponto de vista pessoal for a associação, mais provável será ser lembrada, uma abordagem conhecida como processamento autorreferencial. Se tivermos de devolver um livro à biblioteca, por exemplo, podemos nos imaginar fazendo

exatamente isso.

Quanto mais exigimos de nossa memória, por exemplo, ao lermos, desvendar quebra-cabeças e participar de jogos de tabuleiros, melhor ela pode ser - provavelmente porque essas atividades envolvem um exercício considerável. É claro que as pessoas que têm memórias mais afiadas também podem ser mais propensas a exercitar sua memória para começo de conversa, o que responde em parte (mas provavelmente não tudo) pela associação entre boa memória e quantidade de estímulos cognitivos.

Alguns estudos constataram que níveis mais elevados de exercícios aeróbicos estão associados a uma memória melhor em adultos mais idosos. Quando o psicólogo Stanley Colcombe e seus colegas da Universidade de Illinois revisaram 18 estudos controlados que abordavam essa associação em 2003, encontraram evidências de que a prática desses exercícios de fato levava a uma memória mais aguçada.

Uma atividade aeróbica sustentada pode não ser a única maneira de manter a mente ágil e afiada. A neurologista Ruth Ruscheweyh e seus colegas da Universidade de Múns-

ter, na Alemanha, avaliaram a atividade física em 62 idosos ao longo de seis meses. O questionário incluía perguntas sobre exercícios formais quanto rotinas diárias como caminhar para o trabalho, subir escadas e praticar jardinagem. Ao final do estudo, os pesquisadores associaram os aumentos de atividade geral reportados, independentemente de que tipo, a melhorias na memória episódica. Quanto maior o aumento dos níveis de atividade, maior o reforço da capacidade mnêmica. Portanto, manter-se fisicamente ativo através de exercícios regulares, como afazeres fora de casa (a pé ou de bicicleta, por exemplo) e execução de tarefas cotidianas, pode ser a melhor receita para revigorar seus poderes de recordação.

A pesquisa sugere que muitas técnicas para fortalecer a memória, assim como um estilo de vida física e mentalmente ativo e estimulante, podem melhorar essa capacidade em pessoas com mais de 60 anos.

A solução para reduzir o esquecimento associado à idade não vem em forma de comprimidos ou de outro recurso externo. Na maioria dos casos, o diferencial está nos hábitos e no estilo de vida.

## AUXÍLIO TRANSPORTE NA FURG

A APROFURG foi vitoriosa em ação judicial coletiva que impõe a FURG a necessidade de pagar o benefício do auxílio transporte independentemente da comprovação do gasto com transporte público. Em outras palavras, o servidor público tem direito ao recebimento do benefício do auxílio transporte, mesmo que o seu deslocamento se dê por veículo próprio.

E o valor que deve ser pago a título de auxílio transporte, é o valor que representa o custo com o deslocamento do servidor de sua casa até o trabalho e vice versa, com transporte público, mesmo que na prática o servidor faça esse trajeto com o seu veículo particular, com transporte fretado, de carona, etc...

O custo com o transporte público deve ser calculado considerando todos os trajetos de ônibus que o servidor precisaria utilizar para o seu deslocamento de ida e volta, multiplicado por 22 dias úteis no mês, menos o percentual de 6% proporcional a 22 dias do seu vencimento básico.

Um exemplo hipotético: o professor reside em Pelotas e trabalha no campus cidade da FURG. Para

o seu deslocamento por transporte público (mesmo que use veículo próprio), seria necessário um ônibus urbano de sua residência em Pelotas até a rodoviária de Pelotas (R\$ 3,35), um ônibus intermunicipal de Pelotas até a rodoviária de Rio Grande (R\$ 13,70), e um ônibus urbano da rodoviária de Rio Grande até o campus cidade da FURG (R\$ 3,40).

O valor diário de deslocamento no exemplo acima (março de 2018) representa o valor de R\$ 20,45 de ida e R\$ 20,45 de volta, multiplicado por 22 dias úteis do mês, soma a quantia de R\$ 899,80. Deste valor é preciso subtrair 6% do vencimento básico do servidor, proporcional a 22 dias.

Por exemplo, o vencimento básico de um professor com Dedicativa Exclusiva recém-ingresso na FURG é de R\$ 4.455,22. O seu vencimento proporcional a 22 dias soma R\$ 3.267,16, chegando-se ao valor representativo ao desconto de 6% que soma a quantia de R\$ 196,02.

No caso acima, portanto, o valor que deveria estar o professor recebendo em contracheque a título de auxílio transporte soma a quan-

tia de R\$ 899,80 - R\$ 196,02 = R\$ 703,78.

O problema é que nem todos os professores estão sendo contemplados pelos efeitos desta decisão do processo coletivo da Aprofurg.

A FURG firmou posição tanto na via administrativa como na via judicial, de que somente podem ser contemplados pelos efeitos desta decisão judicial do processo coletivo da Aprofurg, os professores que na data de 22/03/2012 (data de ingresso da ação judicial coletiva da Aprofurg) já eram servidores da FURG e estavam na época filiados/sindicalizados a Aprofurg.

Essa mensagem foi inclusive divulgada recentemente pela PROGEP em documento intitulado "AUXÍLIO TRANSPORTE: inclusão por decisão judicial. Dúvidas Frequentes".

Neste documento, a pergunta e a resposta de número dois possuem a seguinte redação:

*"Não fui contemplado nessa ação, mas também quero receber o auxílio transporte da mesma maneira de quem está contemplado. O que devo fazer para solicitar o auxílio transporte?"*

Infelizmente a FURG não tem amparo legal para contemplar os servidores que não estão mencionados na ação em questão. Portanto, para quem não foi contemplado permanece a obrigatoriedade de comprovação mensal das despesas".

Pois esse professor "não contemplado" tem como alternativa a esta situação entrar com a sua ação judicial individual própria, a fim de afastar judicialmente, tal como foi afastado no processo judicial coletivo da Aprofurg, esta obrigatoriedade a comprovação mensal com gasto de transporte público.

Portanto, está aberta a possibilidade para aqueles professores "não contemplados" pela ação judicial coletiva da Aprofurg, ou seja, que não estão conseguindo na via administrativa o recebimento do auxílio transporte, a fazerem a sua ação judicial própria.

Para maiores informações, a assessoria jurídica da Aprofurg atende as terças e quintas pela manhã na sede da Aprofurg.